

Gestão 2020-2022

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Paulo Cezar dos Passos
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Olavo Monteiro Mascarenhas
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br



PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 3547/2020-PGJ, DE 9.11.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral os membros do Ministério Público Estadual abaixo nominados, para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvarem as seguintes Zonas Eleitorais, no dia 15 de novembro de 2020, conforme o quadro a seguir:

ZONA ELEITORAL	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	MUNICÍPIO
1ª	Nara Mendes dos Santos Fernandes	Amambai
2ª	Leticia Rossana Pereira Ferreira Berto de Almada	Naviraí
	Daniel Pivaro Stadniky	
5ª	Fabricio Secafen Mingati	Nova Andradina
7ª	Rodrigo Correa Amaro	Corumbá
	Viviane Zuffo Vargas Amaro	
11ª	Maurício Mecelis Cabral	Nova Alvorada do Sul
13ª	Leonardo Dumont Palmerston	Paranaíba
15ª	Talita Zoccolaro Papa Muritiba	Miranda
		Bodoquena
16ª	Simone Almada Goes	Maracaju
18ª	Amílcar Araujo Carneiro Junior	Dourados
19ª	Thiago Barbosa da Silva	Coronel Sapucaia
23ª	Ronaldo Vieira Francisco	Inocência
27ª	Daniel do Nascimento Britto	Novo Horizonte do Sul
31ª	Bianka Machado Arruda Mendes	Sidrolândia
33ª	Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto	Mundo Novo
36ª	Paula da Silva Volpe	Campo Grande
40ª	Daniel Higa de Oliveira	Rio Negro
43ª	Luiz Eduardo de Souza Sant'Anna Pinheiro	Dourados
50ª	Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina	Ladário

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3533/2020-PGJ, DE 6.11.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Designar o Promotor de Justiça de Itaporã, Radamés de Almeida Domingos, para, sem prejuízo de suas funções, atuar na Notícia de Fato nº 01.2020.00006691-2, em trâmite perante a comarca de Nova Andradina.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3540/2020-PGJ, DE 9.11.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 2303/2020-PGJ, de 30.6.2020, na parte que concedeu ao Promotor de Justiça Edival Goulart Quirino o 2º período de férias, que seria usufruído de 9 a 18.12.2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3541/2020-PGJ, DE 9.11.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Ana Lara Camargo de Castro 5 (cinco) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos períodos de 16 a 27.10.2017 e 1º a 7.12.2017, a serem usufruídos no período de 16 a 20.11.2020, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso I, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3312/2020-PGJ, DE 16.10.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, compensação de plantão aos Promotores de Justiça abaixo nominados, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016, conforme segue:

PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Daniele Borghetti Zampieri de Oliveira	30	16.11 a 15.12.2020
Douglas Oldegardo Cavalheiro dos Santos	30	3.11 a 2.12.2020
Luiz Eduardo Lemos de Almeida	15	30.10 a 13.11.2020
Ricardo de Melo Alves	20	26.10 a 14.11.2020
Rogério Augusto Calabria de Araujo	10	3 a 12.11.2020

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3542/2020-PGJ, DE 9.11.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Henrique Franco Cândia 12 (doze) dias de licença para tratamento de saúde, em prorrogação, no período de 31.10 a 11.11.2020, nos termos dos artigos 139, inciso II, e 150 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3543/2020-PGJ, DE 9.11.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Viviane Zuffo Vargas Amaro 1 (um) dia de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 13 a 20.6.2018, a ser usufruído no dia 9.11.2020, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso I, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3400/2020-PGJ, DE 26.10.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, férias remanescentes às Promotoras de Justiça abaixo nominadas, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PROMOTORA DE JUSTIÇA	PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Tathiana Correa Pereira da Silva	2017/2018	10	24.10 a 12.11.2020
	2019/2020	10	
Viviane Zuffo Vargas Amaro	2016/2017	2	14.10 a 2.11.2020
	2017/2018	8	
	2018/2019	10	

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3544/2020-PGJ, DE 9.11.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 8.6.2020, a Portaria nº 207/2018-PGJ, de 17.1.2018, que designou a servidora Luciana Zucarelli Rezende, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para exercer a Função de Confiança - FC3, símbolo MPFC-303.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3545/2020-PGJ, DE 9.11.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos V e X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o servidor Fernando Resstel Corrêa Junior, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, área de atividade Administrativa, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para exercer a Função de Confiança – FC4, símbolo MPFC-304, prevista no Anexo III da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011, e considerá-lo exonerado, a pedido, do cargo em comissão de Assessor Jurídico, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3546/2020-PGJ, DE 9.11.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Nomear Bruna Natielly Dutra Santana para exercer o cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011, na Escola Superior do Ministério Público, decorrente da exoneração de Fernando Resstel Corrêa Junior.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº e-298/2020/PGJ, DE 6.11.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Daniele Aparecida Souza, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas nos períodos de 22.4 a 1.5.2021 e 27.8 a 5.9.2021, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 17 a 26.1.2021, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-299/2020/PGJ, DE 6.11.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Rafael Assef Vieira, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas nos períodos de 18 a 27.1.2021 e 16 a 25.11.2021, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 7 a 16.1.2021, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-301/2020/PGJ, DE 9.11.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Marisabel Moreira Santos, referentes ao período aquisitivo 2017/2018, a serem usufruídas nos períodos de 4 a 13.2.2021 e 29.9 a 8.10.2021, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 11 a 20.1.2021, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-302/2020/PGJ, DE 9.11.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Lygia Mara Rosa da Silva, referentes ao período aquisitivo 2018/2019, a serem usufruídas nos períodos de 18 a 27.2.2021 e 26.7 a 4.8.2021, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 11 a 20.1.2021, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-303/2020/PGJ, DE 9.11.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Christiane Naomi Hiratsuka, referentes ao período aquisitivo 2017/2018, a serem usufruídas nos períodos de 17 a 26.3.2021, 16 a 25.6.2021 e 8 a 17.9.2021, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa



GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS

AVISO Nº 69/2020-GED

XXII PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, **CONVOCA os candidatos de pós-graduação em Direito** aprovados no XXII Processo de Seleção de Estagiários do MPMS, homologado por meio do Aviso nº 1/2019-GED, de 15 de agosto de 2019, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 2.031, de 16 de agosto de 2019, e prorrogado por meio do Aviso nº 21/2020-SGP, de 22 de julho de 2020, publicado no DOMP nº 2.251, de 23 de julho de 2020, para a **entrega dos documentos necessários ao credenciamento**.

OS CANDIDATOS CONVOCADOS DEVERÃO ENVIAR *E-MAIL* PARA A GED – ged@mpms.mp.br – **ENTRE OS DIAS 16 E 18.11.2020**, ATÉ ÀS 19H, COM A DOCUMENTAÇÃO INDICADA NO ITEM 11 DO CAPÍTULO X DO EDITAL Nº 1/2019-XXIIPSE-MPMS, DE 12 DE ABRIL DE 2019, PUBLICADO NO DOMP Nº 1.949, DE 15 DE ABRIL DE 2019, REPRODUZIDA NO ITEM 2 DESTA AVISO (**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO**).

O *E-MAIL* DEVERÁ CONTER NO ASSUNTO O NOME DO(A) CANDIDATO(A) E O NÍVEL DE ESCOLARIDADE (PÓS-GRADUAÇÃO).

1. CANDIDATOS CONVOCADOS – DIREITO – NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO

1.1 COMARCA DE BATAYPORÃ

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua Jair de Abranches Mella, 1203, Centro, Batayporã.

CANDIDATO(A)	POSIÇÃO
ALBERTO TOLOTTI LEITE	1ª
THAYS AMANDA DA SILVA SELEGUIM	2ª

1.2 COMARCA DE CAMPO GRANDE

LOCAL: Gestão de Estagiários de Direito (GED), situada na unidade do MPMS localizada na Rua São Vicente de Paula, 180, Chácara Cachoeira, Campo Grande.

CANDIDATO(A)	POSIÇÃO
LEANDRO VILELA FERREIRA	184ª

1.3 COMARCA DE DOURADOS

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua João Corrêa Neto, 400, Santo Antônio, Dourados.

CANDIDATA	POSIÇÃO
CÁSSIA CAVALCANTE DE OLIVEIRA NOGUEIRA	32ª

1.4 COMARCA DE GLÓRIA DE DOURADOS

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua João Corrêa Neto, 400, Santo Antônio, Dourados.

CANDIDATA	POSIÇÃO
ANE CAROLINE DOS SANTOS DE SIQUEIRA	1ª

1.5 COMARCA DE PARANAÍBA

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua José Robalinho da Silva, 215, Jardim Santa Mônica, Paranaíba.

CANDIDATA	POSIÇÃO
MAGDA ROCHA RODRIGUES DE OLIVEIRA	4ª



1.6 COMARCA DE SÃO GABRIEL DO OESTE

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Avenida Mato Grosso do Sul, 1745, Centro, São Gabriel do Oeste.

CANDIDATA	POSIÇÃO
ADRIANA CALGARO GOMES	3ª

1.7 COMARCA DE TRÊS LAGOAS

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua Elviro Mário Mancine, 860, Centro, Três Lagoas.

CANDIDATO(A)	POSIÇÃO
ELISMARA REGINA NORONHA DE BRITO	13ª
JULIANA ALENCAR DOS ANJOS	14ª
GABRIELA COLOMBO VASCOUO	15ª
CAMILA LIMA DA SILVA	16ª
JÉSSICA NAGILLA HAGEMMEYER	17ª

2. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

2.1. Para admissão, o(a) candidato(a) de nível superior/pós-graduação deverá apresentar os seguintes documentos:

DISCRIMINAÇÃO
Fotocópia legível da Carteira de Identidade e do CPF
2 (duas) fotografias 3x4, recentes e coloridas
Comprovante da tipagem sanguínea
Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades de estágio, por meio de anamnese e exame físico
Diploma de bacharel em Direito (fotocópia legível)
Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela instituição de ensino, conveniada com o MPMS, em curso de pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado), desenvolvido em uma das áreas de conhecimento especificadas, constando as seguintes informações: início e término do curso e carga horária total (não será aceito documento que não contenha todas as informações)
Certidão de inexistência de antecedentes criminais, onde o(a) candidato(a) houver residido nos últimos cinco anos, emitida pelas Justiças Federal e Estadual, e pelas Polícias Federal e Estadual
Declaração de ausência dos impedimentos previstos nos arts. 42 e 50 da Resolução nº 15/2010-PGJ, de 27.7.2010, e no art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) – modelo disponível no Portal do MPMS, <i>link</i> “Estagiários”, aba “Formulários”
Ficha de cadastro – disponível no Portal do MPMS, <i>link</i> “Estagiários”, aba “Formulários”
Declaração de que não exerce função em diretoria de partido político – modelo disponível no Portal do MPMS, <i>link</i> “Estagiários”, aba “Formulários”
Comprovante de conta-corrente no Banco do Brasil S/A ou declaração para esse fim – modelo disponível no Portal do MPMS, <i>link</i> “Estagiários”, aba “Formulários”

Conforme previsão expressa no Edital nº 1/2019-XXIIPSE, no Capítulo X, “Da Convocação e Admissão”, item 4, o(a) candidato(a) regularmente convocado(a) deverá manifestar-se, por meio de mensagem eletrônica, no prazo de 3 (três) dias úteis, para formalizar interesse no exercício do estágio, desistência formal ou transposição para o final de lista, se for o caso, sob pena de decadência do direito de posse no processo de seleção.

REITERA-SE O ENDEREÇO ELETRÔNICO DE ENVIO DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE NO ESTÁGIO PARA OS CANDIDATOS APROVADOS DO CURSO DE DIREITO, NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO: ged@mpms.mp.br. AS DÚVIDAS PODERÃO SER TIRADAS NOS TELEFONES DA GED: (67) 3357-2555 / 3357-2556 / 3357-2658 E (67) 98478-1012 (APENAS MENSAGENS).

Campo Grande, 09 de novembro de 2020.

CLARISSA CARLOTTO TORRES

Promotora de Justiça

Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

**COORDENADORIA DE LICITAÇÕES****AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO****PROCESSO Nº PGJ/10/4893/2019****UASG – 453860**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados a homologação do resultado e da regularidade da licitação e a adjudicação do objeto da Concorrência nº 2/CPL/PGJ/2020 (Processo nº PGJ/10/4893/2019).

Objeto: Contratação de empresa para execução da obra de reforma das áreas de uso comum do edifício-sede da Procuradoria-Geral de Justiça, localizado na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Jardim Veraneio, Campo Grande/MS, pelo Regime de Execução de Empreitada por Preço Unitário, inclusive fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos e todos os materiais necessários.

Vencedora: BML Comércio e Serviços Eireli, com o valor global de R\$ 1.093.333,98.

Justificativa: Adjudicação e Homologação tendo em vista o menor preço ofertado, nos termos do Edital.

Campo Grande, 09 de novembro de 2020.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA

Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MP/MS

Ordenadora de Despesa

AVISO DE DECISÃO DE RECURSO**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/PGJ/2020****PROCESSO Nº PGJ/10/2030/2020****UASG 453860**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados que na licitação Pregão Eletrônico nº 25/PGJ/2020 (Processo PGJ/10/2030/2020), por decisão da Secretária-Geral do Ministério Público Estadual, o recurso interposto pela licitante Netware Telecomunicações e Informática Eireli foi conhecido e, no mérito, teve seu provimento negado.

Campo Grande, 09 de novembro de 2020.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA

Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MP/MS

Ordenadora de Despesa

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/PGJ/2020****PROCESSO Nº PGJ/10/2030/2020****UASG 453860**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados que o Pregão Eletrônico nº 25/PGJ/2020 – Processo nº PGJ/10/2030/2020 (destinado à prestação dos serviços de comunicação de dados, para atender o Ministério Público Estadual), foi suspenso, para diligências por parte da Administração Superior.

Campo Grande, 09 de novembro de 2020.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA

Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MP/MS

Ordenadora de Despesa

**AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/PGJ/2020****PROCESSO Nº PGJ/10/2839/2020****UASG 453860**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados a abertura de Licitação, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 35/PGJ/2020 (Processo nº PGJ/10/2839/2020).

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços, de natureza continuada, de manutenção, conservação e reparos dos prédios do Ministério Público Estadual, tanto na Capital quanto no interior do Estado de Mato Grosso do Sul.

- Abertura das propostas: dia 23 de novembro de 2020, às 14 horas e 30 minutos (horário de Brasília/DF).

- Local: www.comprasgovernamentais.gov.br.

- Telefone para contato: (67) 3318-2145.

Retirada do Edital: a partir de 10 de novembro de 2020 por meio dos endereços eletrônicos www.comprasgovernamentais.gov.br ou www.mpms.mp.br/licitacao/pregao ou ainda na Coordenadoria de Licitações da Procuradoria-Geral de Justiça (Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214 - Jardim Veraneio - Campo Grande - MS) das 14 horas às 17h59min (horário oficial de Brasília).

Designação do Pregoeiro, da Equipe de Apoio e da Gestão e Fiscalização Contratual, efetuada pela Sra. Secretária-Geral do MP/MS, em 06/11/2020:

- Pregoeiro: Hermes Alencar de Lima;
- Equipe de Apoio: Luiz Fernando Koyanagi e Josiane Sanches de Mamann Zillo;
- Suplente do Pregoeiro: Cleber do Nascimento Gimenez;
- Suplente da Equipe de Apoio: Gladys Esmelda Barrios Amarilha e Emerval Carmona Gomes;
- Gestão e Fiscalização do Contrato: Secretaria de Administração/PGJ e Departamento de Engenharia/PGJ.

Campo Grande, 09 de novembro de 2020.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA

Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MP/MS

Ordenadora de Despesa

COMISSÃO DE CONSTATAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE MATERIAL**EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS Nº 29/2020**

Processo: PGJ/10/2710/2020

Partes:

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Promotora de Justiça e Secretária-Geral, Bianka Karina Barros da Costa.

Donatário: Centro de Ensino, Formação e Aperfeiçoamento de Praças - CEFAP, representado por seu Comandante do CEFAP/PMMS, Ten Cel QOPM Marcelo Santos do Amaral.

Amparo Legal: Resolução nº 18/2014-PGJ.

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social.

Data da assinatura: 14 de outubro de 2020.

Itens doados:

Nº DE ORDEM	DESCRIÇÃO DO BEM	QUANTIDADE
01	Aparelho de ar condicionado	06
	TOTAL DE ITENS	06

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CORUMBÁ****EDITAL Nº 0019/2020/02PJ/CBA**

Inquérito Civil nº 06.2020.00001199-3.

Extrato de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC firmado nos autos de Inquérito Civil 06.2020.00001199-3 que está à disposição de quem possa interessar na Rua América, nº 1.880, Bairro Dom Bosco, Corumbá/MS.

O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Compromitente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Compromissário: Fernando Abdulahad Hildebrande

Objeto: O Compromissário reconhece ser proprietário do imóvel rural denominado “Fazenda São Paulo”, matriculado no Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição de Corumbá/MS sob o nº 30.036, localizada no Município de Corumbá/MS, com área total de 2.222,5620 hectares, e consequentemente responsável por toda e qualquer intervenção nele efetuada.

Obrigações: O Compromissário obriga-se: 1) a não realizar qualquer intervenção potencialmente poluidora na área da propriedade rural denominada “Fazenda São Paulo” (Matrícula nº 30.036), sem a prévia autorização ambiental expedida pelo órgão ambiental competente. Eventual autorização ambiental concedida terá que ser respeitada em seu prazo de validade e abrangência, sendo essa verificação de exclusiva responsabilidade do Compromissário. O descumprimento das obrigações assumidas nesta cláusula e parágrafo primeiro importará na incidência da multa de R\$ 500 (quinhentos reais), por cada árvore suprimida ou hectare desmatado sem autorização ou excedente; 2) O Compromissário obriga-se a realizar carta-consulta junto ao Instituto do Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso do Sul – IMASUL, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da assinatura deste Termo, no intuito de regularizar a área que fora desmatada sem licenciamento ambiental, correspondente à supressão de 108,78 hectares de vegetação nativa remanescente do imóvel rural “Fazenda São Paulo”, matrícula nº 30.036. O descumprimento da obrigação assumida nesta cláusula, após prévia notificação, importará na incidência da multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia de atraso; 3) Considerando a alteração adversa em área de vegetação nativa, possivelmente sem autorização ambiental, realizada junto ao imóvel rural “Fazenda São Paulo”, ora descrita no Parecer nº 342/19/Nugeo e documentos que o seguem, consubstanciada na supressão de 108,78 hectares, obriga-se o Compromissário, a título de compensação pelos danos ambientais pretéritos, ao pagamento da quantia de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), em favor do Fundo Municipal de Meio Ambiente de Corumbá, mediante transferência bancária (Banco do Brasil, Agência nº 0014, Conta Corrente nº 44.403-0, CNPJ nº 03.330.461/0001-10), quantia que será paga em parcela única e em até 30 (trinta) dias, a contar da assinatura do TAC, cujos recursos destinar-se-ão ao financiamento do Projeto “Centro de Quarentena para Animais Silvestres em Corumbá/MS”, a ser implementado pela Fundação de Meio Ambiente do Pantanal, consoante proposta apresentada a este Órgão Ministerial. O descumprimento da obrigação assumida nesta cláusula importará na incidência de multa de 30% sobre o valor em atraso, bem como correção monetária pelo IGPM e juros de 1% ao mês até o efetivo pagamento. Após o pagamento, o valor previsto no caput poderá ser deduzido do saldo devedor de eventual penalidade aplicada em desfavor do Compromissário após eventual conversão da multa autorizada pelo órgão ambiental, na forma dos arts. 142 e seguintes do Decreto Federal n. 6.514/08, e Decreto Estadual n. 15.156/2019; 4) Neste ato o Compromissário obriga-se a comunicar a esta Promotoria de Justiça, por escrito e no prazo de 10 (dez) dias, a contar da respectiva efetivação, o cumprimento de cada uma das obrigações assumidas neste Termo de Ajustamento de Conduta. O descumprimento da obrigação assumida nesta cláusula, após prévia notificação, importará na incidência da multa de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta) reais por dia de atraso.

Corumbá/MS, 04 de novembro de 2020.

ANA RACHEL BORGES DE FIGUEIREDO NINA

Promotora de Justiça



COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

IVINHEMA

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N.**01.2020.00008824-0**

RECOMENDAÇÃO n. 0002/2020/27 ZE/IVH

O MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL, por intermédio de seu representante infra-assinado, com atuação na 27.^a Zona Eleitoral, tendo por fundamento o art. 127, caput, da Constituição Federal; arts. 6º, XX, 78 e 79, da Lei Complementar nº 75/93; os arts. 27 parágrafo único, IV, e 80, da Lei Federal nº 8.625/93 e, ainda, o Código Eleitoral;

CONSIDERANDO que se encontra em transcurso o denominado período eleitoral, inclusive com calendário pré-estabelecido, conforme Resolução TSE n.º 23.627/20;

CONSIDERANDO que é cediço que, em eleições municipais, haja visto o interesse local diretamente envolvido, há intensa movimentação e acaloradas discussões entre os interessados, muitas vezes com provocação do Judiciário, Ministério Público Eleitoral e Polícias;

CONSIDERANDO que, não obstante a veracidade de algumas ocorrências, infelizmente é comum a manipulação de informações, desvio de finalidade (foco), contrainformação e vingança dissimulada, por parte de “denunciantes”;

CONSIDERANDO que o Ministério Público Eleitoral, através da gama de atribuições que possui e reconhecida capacidade para uso dos instrumentos jurídicos previstos pela legislação em vigor, é muitas vezes acionado, indevidamente, por pessoas inidôneas e má intencionadas, com o fito de causar tumulto às demais investigações, bem como tentar conspurcar a regularidade das atividades de adversários;

CONSIDERANDO que nos municípios integrantes da 27.^a Zona Eleitoral de Ivinhema/MS, já se iniciaram discussões e “denúncias” das mais variadas ordens, tendo até o momento se constatado ser a maior parte produto de irresignações infundadas, de práticas não defesas em lei, ou sem suporte mínimo probatório de sua ocorrência, inclusive denotando o chamado “denuncismo eleitoral”;

CONSIDERANDO que, de forma expressa, as reclamações ou representações eleitorais podem ser feitas por qualquer partido político, coligação e candidato diretamente aos juízes eleitorais (Lei n.º 9.504/97, art. 96, caput e inciso I e Resolução TSE n.º 23.608/19);

CONSIDERANDO que, de forma expressa, as Ações de Impugnação de Registro de Candidatura podem ser feitas por qualquer partido político, coligação e candidato diretamente aos juízes eleitorais (Lei n.º 64/90, art. 3º);

CONSIDERANDO que, de forma expressa, qualquer partido político, coligação e candidato poderá representar à Justiça Eleitoral relatando fatos e indicando provas, indícios e circunstâncias e pedir abertura de investigação judicial (AIJE) para apurar uso indevido, desvio ou abuso do poder econômico ou do poder de autoridade, ou utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social, em benefício de candidato ou de partido político (Lei n.º 64/90, art. 22);

CONSIDERANDO, ainda, que petições de referidos legitimados, encaminhados ao Ministério Público Eleitoral, podem denotar falta de interesse, já que também devem vir instruídas com suporte probatório bastante e, assim, já deveriam ser remetidas pelos interessados diretamente ao Poder Judiciário;

CONSIDERANDO que o Ministério Público Eleitoral, de qualquer forma, irá sempre se manifestar, em tais ações, representações ou reclamações, diretamente feitas em Juízo, e, assim, haverá sempre firme e escoreita atuação do *Parquet* em todos os casos;



CONSIDERANDO que em todos os casos de denúncias feitas perante o Ministério Público Eleitoral será detidamente analisado o caso, até mesmo para se observar se está ou não a haver manipulação de pessoas e informações, por terceiros de má-fé;

CONSIDERANDO que a apresentação de informações falsas ou fatos inverídicos, em matéria eleitoral, pode configurar diversos CRIME, conforme o caso, e especialmente os crimes dos artigos, 324, 325, 326-A, 348, 349, 350, 353 e 354, todos do Código Eleitoral.

CONSIDERANDO que a Lei 13.834/19 criou um novo tipo penal no Código Eleitoral, prevendo a chamada “Denunciação Caluniosa Eleitoral” (art. 326-A, do Código Eleitoral), punindo todo aquele que der causa à instauração de investigação policial, de processo judicial, de investigação administrativa, de inquérito civil ou ação de improbidade administrativa, atribuindo a alguém a prática de crime ou ato infracional de que o sabe inocente, com finalidade eleitoral;

CONSIDERANDO que, o §3º, do art. 326-A, do Código Eleitoral, estabelece que também incorrerá nas mesmas penas (dois a oito anos e multa) aquele que, comprovadamente ciente da inocência do denunciado e com finalidade eleitoral, divulgar ou propala, por qualquer meio ou forma, o ato ou o fato que lhe foi falsamente atribuído;

CONSIDERANDO, ainda, que o artigo 323, do Código Eleitoral, tipifica como crime a conduta de divulgar, na propaganda, fatos que sabe inverídicos (*Fake News*), em relação a partidos ou candidatos e capazes de exercerem influência perante o eleitorado¹;

CONSIDERANDO que a função consultiva é característica extremamente peculiar e própria da Justiça Eleitoral, cuja finalidade é esclarecer determinadas dúvidas, em regra, antes do período eleitoral, tornando explícito o juízo das Cortes Eleitorais, conforme prescreve o Código Eleitoral, art. 23, inciso XIII e art. 30, VIII, mas nunca de casos concretos;

CONSIDERANDO, outrossim, que já pacificou o TSE que em relação a função consultiva, esta não pode incidir sobre uma situação determinada e concreta, somente sendo possível versar sobre situação “em tese”, sob pena de não conhecimento (TSE – Consulta 1501 – 12.02.2008 – Relator Ayres Britto);

CONSIDERANDO que ao Ministério Público não lhe é atribuída a função consultiva, por força do imperativo constitucional (art. 129, IX, da Magna Carta);

Resolve expedir a seguinte RECOMENDAÇÃO:

02. Aos partidos políticos, coligações e candidatos, para que nos casos de infração cível à legislação eleitoral, preferencialmente, exerçam diretamente seus direitos e pedidos perante à Justiça Eleitoral pela legitimidade ativa que possuem, nos termos da Lei 64/90, artigos 3º e 22; Lei n.º 9.504/97, art. 96, caput e inciso I e Resolução TSE n.º 23.608/19; sendo que nas infrações penais devem ser registradas de forma fundamentada e com o maior número de informações possíveis na respectiva Polícia ou encaminhadas ao Ministério Público Eleitoral;

02. Aos representantes de órgãos públicos e particulares, entidades de classe, movimentos sociais, organização não governamentais, entre outros, para que, antes de acionar a Polícia, o Ministério Público ou diretamente o Poder Judiciário (ante o poder de polícia desse), analisem com seriedade e zelo os fatos apontados por seus representados, a fim de não fomentarem o “denuncismo eleitoral” e, ainda, não incorrerem nas faltas supramencionadas (crimes).

03. Aos partidos políticos, coligações, candidatos e representantes de órgãos públicos, para que tomem conhecimento de que ao Ministério Público não é atribuída a função consultiva (art. 129, IX, da Magna Carta c.c artigos 23, inciso XIII e 30, VIII, do Código Eleitoral), razão pela qual qualquer consulta, porventura protocolada ou solicitada nesta Promotoria de Justiça sobre o pleito eleitoral, será considerada inviável de análise por este *Parquet* e, por consequência, não conhecida. Eventuais dúvidas de partidos, coligações e candidatos devem ser encaminhadas às respectivas assessorias jurídicas.

Dê-se ciência aos Ilmos. Presidentes dos Partidos Políticos locais, e, para efeitos elucidativos, ao Meritíssimo Juiz Eleitoral, ao Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil local, ao Ilmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Ilmo. Sr. Prefeito Municipal, ao Delegado de Polícia Civil, ao Comandante da Polícia Militar.

¹ Ac.-TSE, de 25.6.2015, no AgR-RMS nº 10404: o tipo penal indicado não exige que os fatos tenham potencial para definir a eleição, bastando que sejam “capazes de exercerem influência perante o eleitorado”.



Publique-se, também, no Diário Oficial Eletrônico do MP.

Ivinhema/MS, 03/11/2020.

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI
Promotor Eleitoral

PONTA PORÃ

RECOMENDAÇÃO N.º 0001/2020/01PJ/PPR

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N.º 09.2020.00001243-7

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ponta Porã, por meio da Promotora de Justiça que esta subscreve, com fundamento nos artigos 127 e 129, da Constituição Federal, artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), artigo 29, IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/94 (Lei Orgânica do Ministério Público de Mato Grosso do Sul), artigo 44 da Resolução n.º 015/2007, da Procuradoria-Geral de Justiça de Mato Grosso do Sul, artigo 3º da Resolução n. 164/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, e:

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Carta Magna, bem como a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, promovendo as medidas necessárias para sua garantia, nos termos do artigo 129, incisos II e III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que, nos moldes do art. 4º da Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP nº 164, de 28/3/2017, as Recomendações Ministeriais podem ser dirigidas, de maneira preventiva ou corretiva, preliminar ou definitiva, a qualquer pessoa, física ou jurídica, de direito público ou privado, que tenha condições de fazer ou deixar de fazer alguma coisa para salvaguardar interesses, direitos e bens de que é incumbido o Ministério Público;

CONSIDERANDO que a Constituição da República Federativa do Brasil consagrou, em seu art. 196, a saúde como um direito de todos e um dever do Estado, a ser garantida mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de atendimento especializado;

CONSIDERANDO que, como explicita o art. 6.º da Lei 8.080/90, está incluída no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) as ações de vigilância epidemiológica, a qual se entende como um conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos;

CONSIDERANDO a Declaração de *EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL (ESPII)* pela Organização Mundial da Saúde em 30/01/2020, em virtude do surto do novo coronavírus (Sars-Cov-2);

CONSIDERANDO a Portaria GM n. 188, de 03/02/2020, editada com base no Decreto Federal nº 7.616/2011, pela qual o Ministério da Saúde declarou a situação de *EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA NACIONAL (ESPIN)*, em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (Sars-Cov-2);

CONSIDERANDO a Nota Técnica Conjunta nº 1/2020, elaborada pelo Conselho Nacional do Ministério Público e o Ministério Público Federal, que trata da atuação dos membros do Ministério Público brasileiro, em face da decretação de Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional para o coronavírus (COVID-19), em que se evidencia “a necessidade de atuação conjunta, interinstitucional, e voltada à atuação preventiva, extrajudicial e resolutiva, em face dos riscos crescentes da epidemia instalar-se no território nacional”;



CONSIDERANDO que o Estado de Mato Grosso do Sul, por meio do Decreto Legislativo nº 620, de 20 de março de 2020, reconheceu a ocorrência de estado de calamidade pública, assim como dispôs sobre as medidas temporárias a serem adotadas, no âmbito da Administração Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, para a prevenção do contágio da doença COVID-19 e enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, no território estadual, por meio do Decreto nº 15.391, de 16 de março de 2020 e alterações posteriores;

CONSIDERANDO o teor na Nota de Instrução Normativa nº 02/2020, de 19 de março de 2020, expedida pelo Centro de Operações de Emergência – COE/MS da Secretaria de Estado de Saúde do Estado de Mato Grosso do Sul – MEDIDAS DE PROTEÇÃO CONTRA O CORONAVÍRUS (COVID-19).

CONSIDERANDO tramitar nesta 1ª Promotoria de Justiça o Procedimento Administrativo n. 09.2020.00001243-7, com o objetivo de *acompanhar e fiscalizar as ações e medidas que estão sendo executadas pela Gestão Estadual e Municipal de Saúde de Ponta Porã para prevenção, controle e contenção de riscos de danos e agravos à saúde pública em decorrência do novo coronavírus (COVID-19) com base nas diretrizes indicadas pela Portaria GM n. 188, de 03/02/2020 que declara situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN);*

CONSIDERANDO que nos autos do supracitado Procedimento ficou estabelecido o estreitamento de atuação entre esta Promotoria de Justiça e a Secretaria de Vigilância Sanitária Municipal, razão pela qual a Coordenadoria de Vigilância Sanitária comunicou acerca de dois pedidos de autorização para festas comemorativas em razão dos aniversários de motoclubes de Ponta Porã, sendo o primeiro do dia 06 a 08/11/2020 – pelo Balaio Moto Clube, e o outro, no dia 20 e 21/11/2020, pelo Renegados Moto Clube, conforme Ata de Reunião nº 0030/2020/01PJ/PPR;

CONSIDERANDO que as ditas festas comemorativas - à vista do que ocorreu em anos pretéritos - reúnem público elevado, aumentando o trânsito de motocicletas na cidade e, via de consequência, da demanda policial e hospitalar municipal, as quais no presente contexto sanitário já se encontram em seu limite;

CONSIDERANDO as previsões do Decreto nº 8.593, 09 de setembro de 2020, que *dispõe sobre a consolidação das medidas de segurança, prevenção e controle do COVID-19 no Município de Ponta Porã e dá outras providências*, o qual, por seu conteúdo, veda a realização dos eventos nos moldes pretendidos;

CONSIDERANDO que o decreto municipal supracitado veda expressamente “*as concessões de licenças ou alvarás para realização de eventos privados, com público superior a 100 (cem) pessoas*” (Art. 6º caput), bem como a “*a realização de festas comemorativas e recreativas em locais públicos e privados no território do Município de Ponta Porã*” (Art. 6º, §4º);

CONSIDERANDO que o decreto também limita o funcionamento de estabelecimentos comerciais e o uso e ocupação de calçadas, nos seguintes termos:

Do funcionamento de mercados, minimercados, mercearias, bares, restaurantes, padarias, cafés, lanchonetes, conveniências e estabelecimentos congêneres.

Art. 26. Fica permitido o funcionamento restaurantes, bares, conveniências, choperias e estabelecimentos similares, desde que estritamente respeitadas as disposições do presente Decreto, assim como as condicionantes constantes do protocolo para funcionamento, elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde, e demais medidas de controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, impostas pelo poder público, observando-se, sobretudo, as seguintes limitações:

- a) o horário de funcionamento deverá observar os seguintes limites: de domingo a sábado, das 16h00 às 00h00;*
- b) ficam expressamente vedados a venda e o consumo de arguile, narguilé, cigarros eletrônicos e equipamentos similares;*
- c) os clientes deverão permanecer sentados, ficando terminantemente vedado o ingresso de clientes para atendimento em pé ou no balcão;*
- d) fica vedada a realização de shows, música ao vivo e espetáculos artísticos.*

Art. 27. Os estabelecimentos mencionados neste capítulo, assim como os estabelecimentos congêneres, deverão atuar com responsabilidade social, restringindo o atendimento a 30% (trinta por cento) da sua capacidade de lotação, desde



que observada a distância mínima de 2,0 metros entre todas as pessoas presentes no recinto e, entre as mesas, quando for o caso.

Do uso e ocupação das calçadas por bares, restaurantes e similares.

Art. 30. O uso e ocupação das calçadas e vias públicas por bares, restaurantes, choperias, lanchonetes e similares durante a pandemia de COVID-19, ocorrerá na forma disposta neste Decreto.

Art. 31. Os bares, restaurantes, choperias, lanchonetes e similares estabelecimentos poderão utilizar a área da calçada para colocação de mesas e cadeiras, desde que seja resguardada uma faixa livre mínima destinada ao passeio.

§1º. Para fins de dimensionamento da faixa livre, o estabelecimento deverá considerar as disposições previstas no artigo 301, da Lei Complementar n. 71/2010, que dispõe sobre o Código Urbanístico Municipal.

§2º. O estabelecimento demarcará no piso da calçada a área de livre circulação de pedestres, utilizando o uso da faixa restante, próximo ao lote, para disposição de mesas e cadeiras.

§3º. Os bares e restaurantes de esquina devem desobstruir o alinhamento das guias rebaixadas para pedestres e faixas de travessia, de modo a garantir a circulação de transeuntes e manobras de pessoas em cadeira de rodas ou com carrinhos de bebês.

Art. 32. O uso de calçada para colocação de mesas e cadeiras em frente aos estabelecimentos, excepcionalmente, durante a vigência deste Decreto, não dependerá de licença prévia do Órgão Municipal competente.

Parágrafo único. O uso da via pública deverá ocorrer de forma a não obstruir o alinhamento de travessias e guias rebaixadas (rampas) de pedestres.

CONSIDERANDO que o decreto estabelece o “toque recolher, diariamente, das 00h00 às 04h00, em todo território do Município de Ponta Porã, sendo, portanto, determinado que cada cidadão permaneça em sua residência, primando pelo máximo cuidado e prevenção com a saúde de todos, em atendimento às regras estabelecidas pelos órgãos de saúde” (art. 41.);

CONSIDERANDO que quanto a utilização do passeio público para eventos e/ou o fechamento de vias públicas e do passeio público, deve-se observar o interesse público, princípio norteador de todos os atos da administração pública, e ainda o que determina a Lei complementar n. 71/2020 - Código Urbanístico de Ponta Porã, especialmente os artigos abaixo:

Art. 300. O uso de calçada para colocação de mesas e cadeiras em frente a restaurante, bar, café e similar, depende de licença prévia do Órgão Municipal competente.

Parágrafo único. O pedido de licença deverá ser acompanhado de planta do estabelecimento indicando, a testada, a largura da calçada, o número e a disposição das mesas e cadeiras.

Art. 301. O uso de calçada para colocação de mesas e cadeiras pelos estabelecimentos de que trata esta seção só será permitido quando forem cumpridas as seguintes exigências:

I - estejam dispostas em passeio de largura nunca inferior a 2,40m (dois metros e quarenta centímetro);

a) nos passeios de largura compreendida entre 2,40m e 4,00m, a faixa mínima destinada ao livre trânsito de pedestre será igual a 1,20m;

b) nos passeios de largura superior a 4,00m e igual a ou inferior a 6,00m, a faixa mínima destinada ao livre trânsito de pedestre será igual a 2,00m;

c) nos passeios de largura superior a 6,00m, e igual ou inferior a 10,00m, a faixa mínima destinada ao livre trânsito de pedestre será igual a 4,00m;

d) nos passeios de largura superior a 10,00m, a faixa mínima destinada ao livre trânsito de pedestre será igual a 40% da largura do passeio;

II - ocupem apenas parte da calçada correspondente a testada do estabelecimento para o qual licenciadas;

III - apresentem autorização expressa dos ocupantes dos imóveis limítrofes, nos casos em que as mesas e cadeiras dispostas extrapolem a testada do estabelecimento licenciado;

IV - obedeçam a padronização fixada no anexo único;

V - não obstrua ou dificulte a entrada e saída de veículos a acessos autorizados;

VI - sejam colocados no horário de funcionamento estabelecido no Alvará Municipal de Localização;



a) nos dias úteis, após as 18h, será permitida a utilização da faixa destinada ao mobiliário urbano para a colocação de mesas e cadeiras.

b) nos sábados, após as 11h, e nos domingos e feriados será permitida a utilização da faixa destinada ao mobiliário urbano para a colocação de mesas e cadeiras.

Art. 404. A realização de eventos e reuniões, a colocação de mobiliários e equipamentos, a execução de obras públicas ou particulares em logradouros públicos dependem de licença prévia do órgão municipal competente, garantindo seu sistema de segurança.

Art. 409. É proibido embaraçar ou impedir por qualquer meio o livre trânsito de pedestre e veículos nas ruas, praças, calçadas, entradas e caminhos públicos, exceto para efeitos de obras públicas ou quando exigências policiais determinarem.

§1º. Sempre que houver necessidade de interromper o trânsito, deverá ser requerida licença prévia e o local deverá ser sinalizado de forma visível de dia e luminosa de noite, conforme especificação do órgão municipal competente.

§2º. O Poder Executivo Municipal, poderá aplicar multa ao responsável que embaraçar o trânsito público em desconformidade com este Código.

Art. 414. Poderão ser armados em logradouros públicos, palanques, palcos e arquibancadas para atividade religiosa, cívica, esportiva, cultural ou de caráter popular, observadas as seguintes condições:

I – tenham localização e projeto aprovados pelo órgão municipal competente;

II – não prejudiquem a pavimentação, a vegetação ou o escoamento das águas pluviais, correndo por conta dos responsáveis pelo evento os estragos verificados;

III – instalem iluminação elétrica, na hipótese de utilização noturna;

IV – informem ao órgão municipal competente sobre o evento no prazo mínimo de 72 (setenta e duas) horas de antecedência para que se efetuem as modificações cabíveis no trânsito e a divulgação das mesmas.

§1º O executivo Municipal só liberará o alvará de instalação de palanques, palcos e arquibancadas mediante a apresentação de laudo técnico assinado por engenheiro de segurança do trabalho, aprovado pela Prefeitura Municipal.

§2º O cumprimento das normas de segurança ficará a cargo dos responsáveis pelo evento.

CONSIDERANDO que, em relação ao evento agendado para 06 a 08/11/2020, trata-se de final de semana imediatamente anterior àquele em que serão realizadas as eleições municipais, recomendando o bom senso a não realização de eventos que possam gerar qualquer tipo de transtorno à comunidade e/ou à paz social;

CONSIDERANDO a atividade fiscalizatória decorrente dos decretos municipais editados pelos Poderes Executivos de Antônio João, Aral Moreira e Ponta Porã, com medidas de prevenção e contenção do contágio do novo coronavírus (COVID-19), as forças policiais que atuam na comarca estão no limite de sua capacidade;

CONSIDERANDO que ainda vige o período de emergência sanitária, com prioridade para atendimento dos casos de saúde relacionados à COVID-19;

CONSIDERANDO que não há tempo hábil para qualquer de tipo de atuação de forma a aparelhar os serviços de segurança pública e saúde locais, de forma a absorver novo aumento de demanda, eis que somente agora os motoclubes encaminharam os requerimentos que deram azo a presente;

CONSIDERANDO os termos do artigo 268 do Código Penal Brasileiro o qual prevê: Art. 268 - Infringir determinação do poder público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa: Pena - detenção, de um mês a um ano, e multa;

CONSIDERANDO, por fim, que a concessão das autorizações pretendidas (para as festas comemorativas e/ou eventos) ensejaria o descumprimento/violação de todas as normas retrorreferidas.

RESOLVE:



RECOMENDAR ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Ponta Porã/MS; à Secretaria Municipal de Saúde, à Coordenação de Vigilância Sanitária de Ponta Porã/MS, e aos Motoclubes “Renegados” e “Balaíos”, em razão das considerações acima expostas e dada a situação de emergência em saúde pública e a relevância das medidas recomendadas para prevenção e contenção do contágio do novo coronavírus (COVID-19):

Ao Prefeito Municipal de Ponta Porã/MS; à Secretaria Municipal de Saúde e à Coordenação de Vigilância Sanitária de Ponta Porã/MS:

1. Que indefira os pedidos de autorização para realização das festas comemorativas e/ou eventos, relativas aos aniversários dos Motoclubes “Renegados da Fronteira” e “Balaíos”;
2. Que cumpra as normas citadas na presente Recomendação e demais relacionadas, bem como às orientações advindas dos organismos nacionais e internacionais acerca da prevenção e contenção do contágio do novo coronavírus (COVID-19);
3. Que proceda à fiscalização e autuação das partes em razão de eventual descumprimento decorrente da realização dos encontros noticiados, considerando tanto o conceito de “festa” como de “evento”, inclusive no tocante às citadas normas de ordem urbanísticas.

*Ao BALAIOS MOTO CLUBE (CNPJ N. 19.584.058/0001-58) e
MOTO CLUBE RENEGADOS DA FRONTEIRA (CNPJ N. 05.740.159/0001-66):*

1. Que se abstenham de realizar as festas comemorativas referidas nos ofícios, assim como quaisquer outras espécies de eventos que gerem aglomeração de pessoas, sob pena dos responsáveis e presentes incorrerem no delito tipificado no artigo 268 do Código Penal Brasileiro.

No mais, nos termos do artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual 72/1994 e parágrafo único do art. 45 da Resolução nº 15/2007/PGJ de 27.11.2007, no artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei 8.625/93, o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL requisita:

1. *Ao Prefeito Municipal de Ponta Porã/MS; à Secretaria Municipal de Saúde e à Coordenação de Vigilância Sanitária de Ponta Porã/MS* RESPOSTA POR ESCRITO, no prazo de 05 (cinco) dias, dada a proximidade da data escolhida pelo requerente Balaíos Moto Clube para a realização da festa comemorativa, a esta Promotoria de Justiça acerca do acolhimento da presente Recomendação e informe as providências concretas efetivamente realizadas pela Gestão Municipal, instruindo com cópia dos respectivos documentos probatórios;
2. Ao Município de Ponta Porã/MS, a comunicação imediata a esta Promotoria de Justiça caso os requerimentos sejam, de qualquer forma, deferidos pelos destinatários desta Recomendação;
3. Ao Município de Ponta Porã/MS, que realize a divulgação de forma imediata e adequada a presente Recomendação, com fulcro no art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público);
4. Ao *BALAIOS MOTO CLUBE e MOTO CLUBE RENEGADOS DA FRONTEIRA* RESPOSTA POR ESCRITO, no prazo de 05 (cinco) dias, a esta Promotoria de Justiça acerca do acolhimento da presente Recomendação.

Adverte-se que, em caso de não acatamento desta Recomendação, o Ministério Público adotará as medidas judiciais cabíveis para, no cumprimento de seu dever, fazer valer os regramentos acima, e ainda para eventual responsabilização pela omissão no dever de agir e/ou criminal, conforme o caso.

Finalmente, determino o cumprimento das seguintes diligências ao apoio desta Promotoria de Justiça:

1. Para melhor conhecimento e divulgação, encaminhe cópia da presente Recomendação por ofício, além da publicação de seu inteiro teor no Diário Oficial do Ministério Público:
 - a) Ao Comando da Polícia Militar de Ponta Porã/MS, para fins de conhecimento;
 - b) Às delegacias de Polícia Civil de Ponta Porã/MS (1º e 2º DP), para fins de conhecimento;



c) À Superintendência da PRF em Dourados, para que tome conhecimento acerca da intenção de realização dos eventos e possa preparar-se para fiscalização, inclusive com o aumento de efetivo nas datas indicadas acima.

2. Decorrido o prazo, com ou sem resposta, certifique neste Procedimento e retorne concluso.

Ponta Porã/MS, *data e hora conforme assinatura digital*.

GISLEINE DAL BÓ
Promotora de Justiça
Em Substituição Legal

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

NIOAQUE

EDITAL Nº 0001/2020/45 ZE/NOQ

A Promotora Eleitoral da Comarca de Nioaque/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório Eleitoral nº 06.2020.00001247-0, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Coronel Juvêncio, 262, Centro, Nioaque/MS.

Procedimento Preparatório Eleitoral nº 06.2020.00001247-0

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido(a): Coligação PSDB / PSD / PP / PTB / PT / PODE / PATRIOTA e candidato a Vereador Sulevan Chaves Nascimento.

Assunto: Apurar a prática da infração eleitoral prevista no art. 15, §3º, da Resolução TSE nº 23.610/19, em tese, cometido pela Coligação PSDB / PSD / PP / PTB / PT / PODE / PATRIOTA e pelo candidato a Vereador Sulevan Chaves Nascimento, nome de urna: "Nojentinho".

Nioaque/MS, 05 de novembro de 2020.

MARIANA SLEIMAN GOMES
Promotora Eleitoral

EDITAL Nº 0002/2020/45 ZE/NOQ

A Promotora Eleitoral da Comarca de Nioaque/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório Eleitoral nº 06.2020.00001255-9, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Coronel Juvêncio, 262, Centro, Nioaque/MS.

Procedimento Preparatório Eleitoral nº 06.2020.00001255-9

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Instituto Ranking de Pesquisas LTDA/ Ranking Comunicação e Pesquisa

Assunto: "Suspender a divulgação da pesquisa registrada pelo Instituto Ranking de Pesquisas LTDA/ Ranking Comunicação e Pesquisa, sob o nº MS-0769/2020, no dia 01/07/2020, e divulgada ao menos no dia 08/07/2020, no site "A Crítica"1, até que as investigações a respeito da prática de crime de pesquisa eleitoral fraudulenta sejam concluídas.",.

Nioaque/MS, 06 de novembro de 2020.

MARIANA SLEIMAN GOMES
Promotora Eleitoral

**PORTO MURTINHO****PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2020.00001146-0****RECOMENDAÇÃO Nº 0005/2020/PJ/PTM**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da Promotoria de Justiça de Porto Murtinho e da Promotoria de Justiça Eleitoral da 20ª Zona Eleitoral, representadas pelos Promotores de Justiça que esta subscrevem, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelos artigos 127, da Constituição Federal; artigos 25 a 27, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/93); artigos 26 a 29, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (Lei Complementar nº 72/1994); e artigo 44, da Resolução PGJ nº 015/2007:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do artigo 127 da Constituição da República;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública, em especial os relativos à saúde, e aos direitos assegurados pela Constituição Federal/88, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, inciso II, da Constituição Federal/88);

CONSIDERANDO que a saúde configura um direito público subjetivo e fundamental (direito à vida) do ser humano, cujo dever de assegurá-la foi conferido à Administração Pública, conforme previsão dos artigos 23, inciso II, 24, inciso XII e 30, inciso VII, 196 e 197, todos da Carta Constitucional de 1988;

CONSIDERANDO que, como explicita o art. 6.º da Lei 8.080/90, estão incluídas no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) as ações de vigilância epidemiológica, as quais se entendem como um conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos;

CONSIDERANDO que, na forma do art. 7.º, VII, da Lei 8.080/90, as ações e serviços públicos de saúde devem obedecer, entre outros princípios, a utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades, a alocação de recursos e a Orientação programática;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial da Saúde, em 11 de março de 2020, declarou situação de pandemia de COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2), momento em que uma doença se espalha por diversos continentes com transmissão sustentada entre humanos;

CONSIDERANDO que o Ministério da Saúde, nos termos da Portaria nº 188/2020, editada com base no Decreto Federal nº 7.616/2011, declarou situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (Sars-Cov-2);

CONSIDERANDO a Nota Técnica [Conjunta nº 1/2020](#), elaborada pelo Conselho Nacional do Ministério Público e o Ministério Público Federal, que trata da atuação dos membros do Ministério Público brasileiro, em face da decretação de Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional para o coronavírus (COVID-19), em que se evidencia *“a necessidade de atuação conjunta, interinstitucional, e voltada à atuação preventiva, extrajudicial e resolutiva, em face dos riscos crescentes da epidemia instalar-se no território nacional”*;

CONSIDERANDO que o Estado de Mato Grosso do Sul, por meio do Decreto Legislativo nº 620, de 20 de março de 2020, reconheceu a ocorrência de estado de calamidade pública, assim como dispôs sobre as medidas temporárias a serem adotadas, no âmbito da Administração Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, para a prevenção do contágio da doença COVID-19 e enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (SARS-CoV-2), no território estadual, por meio do Decreto nº 15.391, de 16 de março de 2020 e alterações posteriores;



CONSIDERANDO o teor na Nota de Instrução Normativa nº 02/2020, de 19 de março de 2020, expedida pelo Centro de Operações de Emergência – COE/MS da Secretaria de Estado de Saúde do Estado de Mato Grosso do Sul – MEDIDAS DE PROTEÇÃO CONTRA O CORONAVÍRUS (COVID-19)²;

CONSIDERANDO a previsão inserta no artigo 5º da Lei 13.979/2020, o qual prevê que "Toda pessoa colaborará com as autoridades sanitárias na comunicação imediata de: I - possíveis contatos com agentes infecciosos do coronavírus; II - circulação em áreas consideradas como regiões de contaminação pelo coronavírus";

CONSIDERANDO o aumento repentino de casos de coronavírus no Município de Porto Murtinho, o qual, conforme boletim epidemiológico disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Porto Murtinho, no dia 05/11/2020, possui 27 pessoas com COVID-19, sendo que 25 estão isoladas em casa, uma internada em leito clínico e uma internada em leito UTI³;

CONSIDERANDO que nas últimas 24 horas ocorreram dois óbitos em decorrência do coronavírus⁴;

CONSIDERANDO que Porto Murtinho foi classificado pela Secretaria Estadual de Saúde como “grau extremo” de risco de disseminação do coronavírus⁵;

CONSIDERANDO os termos do inciso VI e VII do artigo 5º da Carta Republicana os quais preveem: "VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias; VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

CONSIDERANDO serem as liberdades individuais ponderáveis frente a graves cenários públicos, como catástrofes naturais, epidemias e pandemias, como o ora vivenciado no contexto do Coronavírus;

CONSIDERANDO o precedente judicial n. 1000010-12.2020, do Tribunal de Justiça de São Paulo, o qual suspendeu o evento conhecido por "Terço das Mulheres" e demais eventos no Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida, a Padroeira do Brasil;

CONSIDERANDO que foram utilizados pelo i. Magistrado exclusivamente os critérios da OMS para a classificação do coronavírus como pandemia, para a formação do juízo de gravidade da "situação a ser enfrentada" para determinar a suspensão por 30 dias dos atos religiosos;

CONSIDERANDO as notícias de que algumas igrejas continuam realizando cultos e células religiosas, acompanhado de membros da comunidade de cada localidade;

CONSIDERANDO que o Decreto Municipal nº 12.169/2020, em seu artigo 4º, apenas proíbe a participação de menores de 12 anos e maiores de 60 anos em atividades religiosas;

CONSIDERANDO os termos do Decreto Estadual n. 15.526 de 05/10/2020, o qual suspendeu no âmbito das escolas estaduais do Estado de Mato Grosso do Sul as aulas presenciais até o término do ano letivo de 2020, como medida de contenção da pandemia;

CONSIDERANDO que Porto Murtinho é uma cidade turística, recebendo visitantes de todas as partes do país;

CONSIDERANDO ainda o grande fluxo de caminhões, devido ao escoamento pelo terminal portuário, bem como a construção dos novos portos e estacionamento de caminhões, trazendo a cidade diversos trabalhadores e operários do ramo;

CONSIDERANDO que o Decreto Municipal nº 12.143, de 22 de setembro de 2020 aumentou o limite de lotação das pousadas, ranchos e hotéis para 60% (sessenta por cento) da capacidade máxima permitida;

²http://www.saude.ms.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/NOTA-DE-INSTRU%C3%87%C3%83O-SES_COE-N%C2%BA02-pdf.pdf

³ <https://www.facebook.com/prefeituradeportomurtinho/photos/a.224078738137327/855911538287374/>

⁴<https://www.campograndenews.com.br/brasil/cidades/flexibilizei-e-a-covid-disparou-diz-prefeito-de-cidade-com-bandeira-cinza>

⁵<https://www.campograndenews.com.br/brasil/cidades/estado-volta-a-ter-municipio-com-grau-extremo-de-alerta-para-coronavirus>



CONSIDERANDO que o atual cenário vivenciado em razão da pandemia ocasionada pelo Novo Coronavírus (COVID-19) influenciou, diretamente, no modo de funcionamento das eleições municipais de 2020;

CONSIDERANDO que tamanha fora a influência da pandemia nas eleições municipais do corrente ano, que foi imprescindível a edição da Emenda Constitucional nº 107, de 02 de julho de 2020, alternado não só as datas do primeiro e segundo turno, como inúmeros prazos eleitorais;

CONSIDERANDO a potencialidade de contágio comunitário pelo COVID-19 com a realização de eventos que promovam aglomeração de pessoas, tais como, comícios presenciais, minicomícios, passeatas e carreatas, tal como fora demonstrado pela experiência recente dos Estados Unidos da América⁶, durante a campanha para eleições presidenciais;

CONSIDERANDO a necessidade da adoção de medidas excepcionais com a finalidade de evitar que o número de contaminados pelo COVID-19 aumente, gerando o colapso aos serviços de saúde disponibilizados atualmente a esta localidade;

CONSIDERANDO o regramento e as orientações estipuladas pelas Resoluções nº 700 TRE/MS, nº 23.610/219 e pelo Parecer nº 153/2020 COE, assim como as normas previstas na Lei das Eleições, acerca da propaganda eleitoral e demais providências;

CONSIDERANDO que o Decreto Municipal 12.171/2020, em seu artigo 2º, prevê multa pelo descumprimento das medidas de contenção da disseminação de coronavírus pelo município de Porto Murtinho/MS;

CONSIDERANDO que o no Boletim Epidemiológico nº 07, do dia 06/04/2020, o Ministério da Saúde mencionou, apresentou a seguinte conclusão: *“o Ministério da Saúde avalia que as estratégias de distanciamento social adotadas pelos Estados e Municípios, contribuem para evitar o colapso dos sistemas locais de saúde, como vem sendo observado em países desenvolvidos como EUA, Itália, Espanha, China e recentemente no Equador. Ao tempo, essas medidas temporárias, permitem aos gestores tempo relativo para estruturação dos serviços de atenção à saúde da população, com consequente proteção do Sistema Único de Saúde. Avalia-se que as Unidades da Federação que implementaram medidas de distanciamento social ampliado devem manter essas medidas até que o suprimento de equipamentos (leitos, EPI, respiradores e testes laboratoriais) e equipes de saúde (médicos, enfermeiros, demais profissionais de saúde e outros) estejam disponíveis em quantitativo suficiente, de forma a promover, com segurança, a transição para a estratégia de distanciamento social seletivo”*;

CONSIDERANDO que a justificativa técnica e a decisão fundamentada no interesse público se fazem ainda mais necessárias quando é notório e sabido o déficit de médicos no SUS e que o número de leitos – geral e os de UTI – no Estado de Mato Grosso do Sul (cerca de 26 leitos em Campo Grande e constante ausência de vagas no interior do Estado) são insuficientes para o dia a dia da população, de modo que não suportariam a demanda de um contágio explosivo da COVID-19, mesmo considerando eventual incremento com aporte de custeio pelo Governo Federal;

CONSIDERANDO que o estado alarmante da pandemia atingido pelo coronavírus não pode ser desconsiderado por qualquer do povo, ainda mais por aqueles detentores de responsabilidade social e poder de formação de opinião, pelo contato com grande número de pessoas e credibilidade social;

CONSIDERANDO que o Município de Porto Murtinho adotou medidas insuficientes à prevenção da doença, deixando de cumprir o seu papel de gestor na garantia da saúde dos seus munícipes.

CONSIDERANDO os termos do artigo 268 do Código Penal Brasileiro o qual prevê: Art. 268 - Infringir determinação do poder público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa: Pena - detenção, de um mês a um ano, e multa;

CONSIDERANDO tramitar na Promotoria de Justiça o Procedimento Administrativo n. 09.2020.00001146-0, com o objetivo de acompanhar e fiscalizar as ações e medidas que estão sendo executadas pela Secretaria de Saúde de Porto Murtinho para prevenção, controle e contenção de riscos de danos e agravos à saúde pública em decorrência do novo coronavírus (2019- nCoV);

⁶ <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/07/09/casos-de-coronavirus-disparam-em-oklahoma-apos-comicio-de-trump.ghml>
<https://oglobo.globo.com/mundo/casos-de-covid-19-disparam-em-tulsa-apos-comicio-de-trump-24523>



CONSIDERANDO tramitar na Promotoria de Justiça Eleitoral da 20ª Zona Eleitoral o Procedimento Administrativo n. 09.2020.00002303-4, com o objetivo de acompanhar a (i)legalidade das condutas vedadas aos agentes públicos em campanha e outras vedações de propaganda ou publicidade nas Eleições 2020.

CONSIDERANDO que a Resolução nº 015/2007-PGJ, de 27.11.2007, dispõe em seus artigos 5.º e 44 que a *Recomendação* é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”;

CONSIDERANDO que o artigo 3º da Resolução n. 164/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP preconiza a possibilidade de expedição de recomendação pelo Ministério Público objetivando o respeito e a efetividade dos direitos e interesses que lhe incumba defender, de ofício ou mediante provocação, nos autos de inquérito civil, procedimento administrativo ou procedimento preparatório;

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Murtinho/MS e da Promotoria de Justiça Eleitoral da 20ª Zona Eleitoral, resolve *RECOMENDAR* ao Município de Porto Murtinho, na pessoa do Prefeito Municipal e todas as Secretarias Municipais, a adoção das seguintes providências:

1) Que no prazo de 24h, respeitado o poder discricionário Executivo Municipal, seja proibida a realização de reuniões e atividades religiosas que importem em aglomerações de pessoas no âmbito de qualquer instituição religiosa ou propriedade privada, independentemente do credo ou dogma, suspendendo, assim, os atos públicos, as pastorais, as caravanas, os cultos e as missas, ou qualquer outra aglomeração de pessoas, até que o grau de risco de contaminação do Coronavírus esteja, no mínimo, em médio, dando preferência aos cultos/missas sob a forma on-line;

Nesse ponto, deve ser observado que a presente Recomendação não pretende restringir o direito fundamental à liberdade de manifestação religiosa dos cidadãos de Porto Murtinho/MS, conforme preceituado no art. 5º, VI, CF/88, mas apenas dirimir o choque entre o referido direito fundamental e os igualmente fundamentais direitos à vida, à saúde e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida, os quais, neste momento, estão sob ameaça em razão do risco de contaminação e transmissão do Coronavírus (COVID-19).

Deste modo, deve-se adotar um juízo de ponderação, fazendo com que os direitos fundamentais em comento continuem sendo desfrutados, devendo o direito à liberdade de manifestação religiosa ser restringido, temporariamente, a fim de que os direitos à vida, à saúde e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida, sejam efetivamente assegurados.

2) Que no prazo de 24h, respeitado o poder discricionário Executivo Municipal, seja determinada a suspensão das aulas instituições de ensino privadas existentes no Município de Porto Murtinho/MS, e, caso haja entidade que resolva manter as aulas, que seja notificada a apresentar justificativa escrita tecnicamente fundamentada, ficando a critério do Poder Executivo Municipal acolhe-la ou não;

3) Que no prazo de 24h, respeitado o poder discricionário Executivo Municipal, seja instituída obrigação de fazer consistente na imposição de sistema de revezamento do ingresso de pessoas e/ou sistema de rodízio de entrada e saída de pessoas em estabelecimentos públicos e/ou privados, a exemplo de supermercados, bancos, lojas de conveniências, e congêneres, a fim de evitar a formação de filas de espera para atendimentos e aglomeração de pessoas, e, por consequência, a redução do risco de contaminação e transmissão do Coronavírus no Município de Porto Murtinho/MS;

4) Que no prazo de 24h, respeitado o poder discricionário Executivo Municipal, seja reduzido o limite de lotação das pousadas, ranchos e hotéis para 30% de sua capacidade máxima, suspendendo eventos e festividades, devendo ser priorizados/estimulados o resguardo em seus quartos, evitando-se a circulação na área social de cada hotel, em razão do alto poder contaminante do COVID-19, e pelo amplo espectro de alcance de carga viral;

5) Que imediatamente, proceda com a intensificação das ações de fiscalização em todo o território municipal, empregando inclusive o apoio da Vigilância Sanitária, dos Agentes Comunitários de Saúde, do Setor de Fiscalização de Posturas Municipais e da Polícia Militar, a fim de garantir o cumprimento das medidas de contenção à disseminação do



COVID-19, notadamente o disposto no artigo 2º do Decreto Municipal nº 12.171/2020, e, caso seja constatado seu descumprimento, seja aplicada a multa prevista aos responsáveis, sem prejuízo de adoção de medidas criminais;

6) Que sejam comunicados os casos de desobediência às recomendações sanitárias à autoridade policial com cópia a Promotoria de Justiça de Porto Murtinho, para adoção das providências cabíveis, nos casos de desobediência a medidas sanitárias que coloquem em risco a contenção da pandemia, e incidam em crimes contra a saúde pública⁷;

No mais, nos termos do artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual 72/1994 e par. único do art. 45 da Resolução n.º 15/2007/PGJ de 27.11.2007, no art. 27, par. Único, inc. IV, da Lei 8.625/93, o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL:

1. Requisita ao destinatário que, no prazo de 72 horas responda por escrito via e-mail, a esta Promotoria de Justiça acerca do acolhimento da presente recomendação, sem prejuízo de outras medidas espontaneamente tomadas para a contenção da pandemia;

2. Com fulcro no art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), requisita ao destinatário a divulgação de forma imediata e adequada a presente Recomendação;

Por fim, adverte-se ao destinatário que o não atendimento desta recomendação poderá ensejar medidas judiciais na seara cível, criminal e administrativa, aos responsáveis, nos termos supra fundamentados.

Publique-se no DOMP e encaminhe-se cópia da presente recomendação ao Excelentíssimo Juiz Eleitoral, Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, ao Excelentíssimo Senhor Secretário Municipal de Saúde, ao Presidente da Câmara Municipal do Município, ao Presidente da Comissão de Saúde da Câmara Municipal, ao Presidente do Conselho Municipal de Saúde, ao Presidente da OAB desta seccional, ao Delegado de Polícia Civil de Porto Murtinho, ao Comandante da Polícia Militar.

Porto Murtinho/MS, 06 de novembro de 2020

WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR

Promotor de Justiça em Substituição Legal

LIA PAIM LIMA

Promotora Eleitoral

⁷ Epidemia

Art. 267 - Causar epidemia, mediante a propagação de germes patogênicos:

Pena - reclusão, de dez a quinze anos.

§ 1º - Se do fato resulta morte, a pena é aplicada em dobro.

§ 2º - No caso de culpa, a pena é de detenção, de um a dois anos, ou, se resulta morte, de dois a quatro anos.

Infração de medida sanitária preventiva

Art. 268 - Infringir determinação do poder público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa:

Pena - detenção, de um mês a um ano, e multa.

Parágrafo único - A pena é aumentada de um terço, se o agente é funcionário da saúde pública ou exerce a profissão de médico, farmacêutico, dentista ou enfermeiro.

Omissão de notificação de doença

Art. 269 - Deixar o médico de denunciar à autoridade pública doença cuja notificação é compulsória:

Pena - detenção, de seis meses a dois anos, e multa.



FAMEH/MP

ATO N.º 01/2020, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2020

O Presidente em exercício do Fundo de Assistência Médico-Hospitalar do Ministério Público, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 38 do Estatuto e, em cumprimento à decisão da Diretoria, resolve:

Nomear, para comporem a Junta Eleitoral, para as **Eleições da Diretoria, do Conselho Fiscal e do Conselho Deliberativo, a se dar em 04/12/2020 – Biênio 2021/2022**, para fiel cumprimento ao disposto do art. 39 do Estatuto Social, os Associados:

- 1 – Alfredo Guenhu Asato – Presidente;
- 2 – Fabio Ianne Goldfinger - Secretário;
- 3 – Milton Loureiro Filho – Membro.

Cumpra-se.

Campo Grande/MS, 09 de novembro de 2020.

ANTONIO ANDRÉ DAVID MEDEIROS
Presidente em exercício FAMEH/MP